

CRISTIANE SILVEIRA DE MELO

**INDICADORES DE PRECARIIDADE DO TRABALHO E DO MERCADO DE
TRABALHO NO BRASIL, 1992 - 2002**

**Monografia apresentada para a obtenção do título de
graduação e/ou conclusão do Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Departamento de Economia da Universidade Federal
do Paraná.**

Orientador Prof. Divonzir Lopes Beloto

**Curitiba
2004**

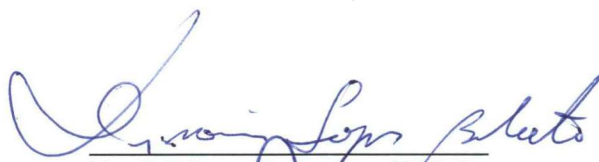
TERMO DE APROVAÇÃO

CRISTIANE SILVEIRA DE MELO

INDICADORES DE PRECARIIDADE DO TRABALHO E DO MERCADO DE
TRABALHO NO BRASIL, 1992 – 2002


Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, analisada pela banca examinadora formada pelos professores:

Orientador:


Prof. Divonzir Lopes Beloto

Membros:


Prof. Fábio Dória Scatolin


Prof. Luiz Vamberto de Santana

Curitiba, 24 de novembro de 2004.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	iii
RESUMO	iv
1. INTRODUÇÃO	1
2. PRECARIIDADE	2
2.1 Precariedade do Mercado de Trabalho	2
2.2 Precariedade do Trabalho	6
3. HISTORICO	9
4. PRECARIIDADE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO (1992-2002)	14
5. PRECARIIDADE DO TRABALHO NO BRASIL (1992-2002)	19
5.1 Rendimento Médio Real	19
5.2 Horas Trabalhadas	21
5.3 Percentual de Informalidade	22
6. CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	29

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 - DESEMPREGO – PESSOAS POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, NO BRASIL - 1992 A 2002	17
GRÁFICO 1 - RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL, NO BRASIL – 1993 A 2002	20
TABELA 2 - HORAS TRABALHADAS – PESSOAS OCUPADAS NA DE REFERÊNCIA, POR GRUPO DE HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS POR SEMANA NO TRABALHO PRINCIPAL, NO BRASIL – 1992 A 2002	21
TABELA 3 - INFORMALIDADE – PESSOAS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO TRABALHO PRINCIPAL, NO BRASIL – 1992 A 2002	23
TABELA 4 - PESSOAS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR TEMPO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO PRINCIPAL, NO BRASIL – 1992 A 2002	25
TABELA 5 - SITUAÇÃO DE EMPREGO DOS OCUPADOS – PESSOAS OCUPADAS E QUE PROCURARAM TRABALHO NA SEMANA DE REFERÊNCIA, NO BRASIL – 1992 A 2002	26
TABELA 6 - OCUPADOS EM RELAÇÃO A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - PESSOAS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR CONTRIBUIÇÃO PARA O INSTITUTO DA PREVIDÊNCIA, NO TRABALHO PRINCIPAL E EM QUALQUER TRABALHO, NO BRASIL – 1992 A 2002	27

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo mostrar o aumento da precariedade do trabalho e do mercado de trabalho no Brasil, através da análise de indicadores de precariedade do período de 1992 a 2002: percentual de desemprego, rendimento médio real, percentual de informalidade, horas trabalhadas, pessoas ocupadas e que também procuram emprego, percentual de ocupados que contribuem para a Previdência Social, tempo de permanência no trabalho principal. O trabalho e o mercado de trabalho no Brasil vem sofrendo um intenso processo de reestruturação desde o início dos anos noventa, passando por profundas mudanças, associadas às transformações econômicas que vêm ocorrendo, tanto em nível nacional quanto internacional. Nesse período, houve significativa mudança nas formas de inserção dos trabalhadores e das empresas no mercado de trabalho, que refletiram sobre as estruturas ocupacional, educacional, setorial e de rendimentos. Sendo que uma das principais modificações verificadas foram em relação a composição da mão-de-obra por vínculo empregatício.

1 INTRODUÇÃO

É a partir dos anos 90 que ocorre no Brasil o agravamento da precariedade do trabalho e do mercado de trabalho, onde a maioria das ocupações geradas revelam mais uma forma de sobrevivência dos trabalhadores do que uma demanda por trabalho por parte dos capitalistas. Agrava-se a tendência de redução do assalariamento com registro e de expansão do desemprego e de ocupações sem registro, pois a capacidade de gerar postos de trabalho regulares e regulamentados passa a ser comprimida.

Este trabalho tem como proposta verificar o crescimento da precariedade do trabalho e do mercado de trabalho no Brasil.

Será apresentada a definição de precariedade do mercado de trabalho e de precariedade do trabalho, com base nos conceitos de Karl Marx, e também, um breve histórico do surgimento e desenvolvimento da precariedade até o atual momento.

O aumento e a constante presença da precariedade no trabalho e no mercado de trabalho serão comprovados através da análise de alguns de seus principais indicadores, no período de 1992 a 2002: percentual de desemprego, rendimento médio real, percentual de informalidade, horas trabalhadas, pessoas ocupadas e que também procuram emprego, percentual de ocupados que contribuem para a Previdência Social, tempo de permanência no trabalho principal, com base nos conceitos dos autores Marcio Pochmann, Karl Marx, entre outros.

A partir da análise dos indicadores citados, juntamente com a base teórica, será formulada a conclusão do tema discutido.

2 PRECARIIDADE

2.1 Precariedade do Mercado de Trabalho

A precariedade do mercado de trabalho pode ser definida como a relação entre a maior oferta de trabalho e a menor demanda por trabalho existentes no mercado, e tem como principal indicador o desemprego, que é o maior problema do mundo do trabalho.

Pode-se entender melhor o problema do desemprego a partir da visão de Karl Marx sobre a acumulação de capital.

Segundo Marx, o destino da classe trabalhadora é influenciado pelo crescimento do capital, considerando sua composição e seu processo de acumulação.

No que se refere ao valor, o capital é composto pelo valor dos meios de produção: capital constante, e pelo valor pago pela força de trabalho, o salário: capital variável.

No funcionamento no processo de produção, parte técnica, o capital divide-se em meios de produção utilizados e força de trabalho vivo exigido para seu emprego.

Ambas estão correlacionadas. A composição técnica do capital determina a composição valor do capital. Esta relação é chamada de composição orgânica do capital, que segundo Marx deve ser sempre entendida para que se possa falar em composição de capital.

Em sua teoria, para que haja crescimento de capital é necessário que haja crescimento de sua parcela variável, ou seja, da força de trabalho, é necessário que uma parcela da mais-valia, que é o valor do trabalho não pago ao trabalhador e é apropriado pelo capitalista, transformada em capital adicional seja novamente transformada em capital variável. A outra parte da mais-valia é adicionada anualmente ao capital original. Enquanto a composição deste capital permanecer inalterada, ou seja, determinado capital constante requerer o mesmo capital variável, há um aumento da demanda de trabalho proporcional ao do capital. No entanto, se houver uma repartição modificada da mais-valia em capital e renda, ocorrerá uma ampliação da acumulação do capital, e as necessidades de sua acumulação podem superar o

crescimento da força de trabalho, ou seja, a demanda de trabalhadores se torna maior que sua oferta elevando seus salários.

No entanto, para Marx, a reprodução da força de trabalho só tem valor se for incorporada ao capital, o que faz com que os trabalhadores estejam presos e subordinados ao capital e aos capitalistas a que se vendem. Este cenário constitui um momento da reprodução do capital, onde Marx (1985, p.188) se refere da seguinte forma: “Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado.”

Se alguém tivesse 100 mil acres de terra e igual número de libras em dinheiro e em gado, o que seria esse homem rico sem o trabalhador, senão um trabalhador? E como os trabalhadores tornam pessoas ricas, então quanto mais trabalhadores houver, tanto mais ricos. (...) O trabalho dos pobres é a mina dos ricos. (Bellers, 1696, O Capital, L1, v.il, t.2, p. 188)

Quando ocorre uma mudança na composição técnica do capital, como o aumento dos meios de produção em relação à força de trabalho, essa mudança é refletida na composição valor do capital, que sofre um acréscimo em seu capital constante à custa de seu capital variável. A partir do fato do crescente aumento da parte constante em relação à parte variável, a composição orgânica do capital é apresentada de forma que a parte constante do capital estará na razão direta, e a parte variável do capital estará na razão inversa do progresso da acumulação ($g=c/v$).

Com o processo de acumulação do capital e o modo de produção capitalista, ocorre a mudança na composição técnica do capital, onde a parte variável se torna cada vez menor do que a constante. Com o aumento da produtividade do trabalho, enquanto se eleva o volume dos meios de produção utilizados, cai o valor deles em comparação com seu volume, ou seja, seu valor se eleva de forma absoluta, mas não proporcional ao seu volume. Dessa forma, a diferença entre o capital constante e o capital variável é bem menor do que a diferença entre os meios de produção em que o capital constante é convertido e a força de trabalho em que é convertido o capital variável.

Toda a acumulação de capital gera uma nova acumulação, ampliando sua concentração nas mãos de capitalistas individuais, ou seja, em métodos de produção especificamente capitalistas. A acumulação é apresentada de duas formas, como

concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, e como repulsão recíproca entre capitalistas individuais. Esta situação de dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais ou sua repulsão recíproca representa concentração de capitais já constituídos, pressupõe uma divisão alterada dos capitais já existentes, sem ser limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou da acumulação. Esse contexto caracteriza a centralização propriamente dita.

Com mudanças de capitais existentes e do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social, já pode ocorrer a centralização, que complementa a acumulação quando coloca os capitalistas industriais em condições de expansão de suas operações. A centralização acelera os efeitos da acumulação, e em paralelo amplia e acelera as mudanças na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável. Dessa forma, essas mudanças fazem com que seja diminuída a demanda relativa de trabalho.

A centralização propicia às massas de capital sua rápida multiplicação, tornando-as poderosas alavancas da acumulação social, pois com os aperfeiçoamentos industriais, apenas uma massa menor de trabalho é suficiente para operar a maquinaria. Ocorre a diminuição absoluta da demanda de trabalho, e trabalhadores passam a ser repelidos, devido a esse processo de renovação da reprodução do capital.

Segundo Karl Marx, a acumulação e centralização de capital produzem um adicional de trabalhadores supérfluos, mas necessários para o desenvolvimento da riqueza capitalista: o exército industrial de reserva, que será utilizado quando a produção estiver se expandindo, pois então, estará atraindo força de trabalho adicional. No entanto, quando houver a contração da produção, parte desses trabalhadores não serão necessários, diminuindo o número de trabalhadores ocupados em relação a produção aumentada. "Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados." (Marx, 1985, livro I/2, p.201).

No desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força de trabalho, depara-se com a situação do capitalista extrair mais trabalho de um número menor de

trabalhadores com o mesmo dispêndio de capital. E com um capital igual ele pode comprar mais força de trabalho, quando desloca “força de trabalho mais qualificada por menos qualificada, madura por imatura, masculina por feminina, adulta por adolescente ou infantil.”

Para Marx, à medida que ocorre o crescimento da força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalho, fazendo com que o exército industrial de reserva, em períodos de estagnação, pressione o exército ativo de trabalhadores, que acaba submetendo-se ao sobretrabalho exigido pelo capitalista. Quando uma parte dos trabalhadores têm sobretrabalho, fazendo com que a outra parte fique ociosa, tem-se a aceleração da produção do exército industrial de reserva. Este irá regular os salários no mercado, conforme a expansão ou contração da produção e a divisão dos trabalhadores entre exército ativo e exército de reserva.

Quando ocorrer o aumento de salário, aumentará o número da população trabalhadora até que o mercado de trabalho esteja supersaturado, ou seja, o capital se torna insuficiente para a oferta de trabalho existente. Neste ponto ocorre uma queda dos salários e um aumento dos trabalhadores sem ocupação. Enquanto a oferta de trabalho for maior do que a demanda de trabalho, os níveis de salário serão baixos.

O exército industrial de reserva, segundo Marx, “é o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta.”

Há um cuidado no modo de produção capitalista para que um aumento de capital não seja acompanhado por uma elevação correspondente da demanda de trabalho. Dessa forma, para Marx, “ a demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora.

O capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. (Marx, 1985, livro I/2, p.206)

Quanto maior for o exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, maior será a população que trabalha em excesso e vive em condições de miséria, pois são os meios de trabalho que empregam o trabalhador, sendo que quanto mais elevada a força produtiva, maior será a pressão dos trabalhadores sobre seus meios de ocupação e mais precária será a sua condição de existência.

2.2 Precariedade do Trabalho

A definição de precariedade do trabalho está associada principalmente à qualidade do emprego, sendo seus principais indícios a redução da renda e o trabalho flexibilizado, chamado de informal. Quando se fala em precariedade no trabalho, se fala da importância econômica, psicológica e cultural do trabalho para cada indivíduo, e também do valor pago por este trabalho ao indivíduo, ou seja, do valor da força de trabalho.

Segundo Marx, “o valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico.” Todo indivíduo precisa de meios de subsistência para se manter, e o valor da força de trabalho será o valor dos meios de subsistência necessários para sua manutenção. A força de trabalho é acionada no trabalho, que é gasto e deve ser repostado para o dia seguinte, pois o dono da força de trabalho deve poder realizar o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve ser o suficiente para manter o trabalhador em seu estado de vida normal, ou seja, suas necessidades básicas como alimentação, roupa, moradia etc, e também seus dependentes que irão substituir futuramente a força de trabalho atual no mercado.

O valor da força de trabalho vai depender dos gastos com sua produção, ou seja, para se ter uma força de trabalho desenvolvida e específica é necessário ter uma determinada formação ou educação, o que muda o valor dos meios de subsistência e o tempo de trabalho necessário para sua produção. O valor mínimo da força de trabalho é

o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o valor fica abaixo desse mínimo, então o indivíduo não pode mais manter-se nem desenvolver-se de forma digna. De acordo com Sismondi (1985, p.143, livro I/I) “A capacidade de trabalho (...) nada é se não é vendida”.

Um dos grandes problemas que o trabalhador enfrenta no Brasil, é ter que vender seu trabalho por um preço inferior ao seu valor real.

Segundo Marx, é fundamental a questão da desqualificação do trabalho ao longo do desenvolvimento tecnológico: no caminho da cooperação simples, com sua prisão à forma artesanal, até a maquinaria, passando pela manufatura, radicalizar-se-ia um movimento de desqualificação do trabalho, o que teria importantes desdobramentos em termos de controle do capital sobre a classe trabalhadora. A evolução dos processos de produção levaria, portanto, a uma homogeneização do trabalho simples, ou seja, do trabalho desprovido de conteúdo, momento fundamental do processo de alienação do homem relativamente ao trabalho, cujo conteúdo teria sido retirado como uma exigência da forma capitalista de dominação.

Com a “super” oferta de trabalho existente, os empregadores acabam usando dessa vantagem para pagar ao trabalhador um salário abaixo do que vale sua força de trabalho, ou seja, com a grande oferta de mão-de-obra a renda média do trabalhador acaba sendo puxada para baixo, assim como o nível de salário pago no país. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), no Brasil, o salário mínimo deveria valer R\$ 1.596,11 reais em agosto de 2004, valor que representa em média 6,14 vezes o salário mínimo vigente de R\$ 260 reais. Este fato coloca os trabalhadores em um nível inferior de subsistência dentro da sociedade como um todo, pois o salário mínimo deveria ser suficiente para suprir as necessidades de alimentação, moradia, educação, saúde, transporte, vestuário, higiene, lazer e previdência do trabalhador e de sua família.

Além do rendimento médio real, existem outros indicadores de precariedade no mercado de trabalho como: percentual de informalidade, horas trabalhadas, pessoas ocupadas e que também procuram emprego, percentual de ocupados que contribuem para a Previdência Social e tempo de permanência no trabalho principal.

Todos esses indicadores deixam visível a situação precária em que se encontra o trabalho brasileiro.

3 HISTÓRICO

Com a mundialização das economias no curso de políticas neoliberais, presencia-se uma economia capitalista com instabilidade de expansão de riqueza e com desemprego elevado, ou seja, com desigualdades sociais acentuadas, sendo estas características presentes no processo de desenvolvimento capitalista, onde a prioridade é o capital e sua valorização financeira como o objetivo principal adotado pelos governos no momento de traçar suas políticas.

No pós-guerra com a difusão do padrão sistêmico de integração social, quase foi alcançado um pleno emprego juntamente com uma melhor distribuição de renda, um Estado de bem-estar social e forte atuação dos sindicatos e partidos políticos em favor dos trabalhadores.

Com a crise fiscal e desordem monetária internacional, houve um rompimento desses compromissos políticos com o pleno emprego e a homogeneização social, gerando uma maior exclusão social, buscando maior flexibilidade no mercado e nas relações de trabalho.

O padrão sistêmico de integração social foi colocado em dúvida, e a maior exclusão social do momento foi associada ao alto grau de intervenção estatal, o que teria gerado falhas no funcionamento do mercado.

Com a adoção de um mercado de trabalho mais desregulado e flexível para atingir integração social e expansão do capitalismo, logo foi difundido o conceito neoliberal contra a regulação das forças do mercado pela ação do Estado, sindicatos e do gasto social. A estes, foram associados o desincentivo ao trabalho, o alto custo do trabalho, restrição à flexibilidade das ocupações e demissões, o aumento da carga tributária e o aumento da inflação pela pressão salarial.

Decorridas duas décadas desde o início da difusão do ideário neoliberal nos países capitalistas avançados, pode-se hoje chegar a algumas observações evidentes. As medidas econômicas implementadas desde a década de 1970 buscaram contrair a emissão monetária, elevar os juros, diminuir os impostos sobre as rendas mais altas, desregular o mercado de trabalho, o comércio externo e o mercado financeiro, alterar o papel do Estado, privatizar o setor público, focalizar o gasto social, restringir a ação sindical, entre outras. (Pochmann, 1999, p.15)

Com o programa neoliberal nas economias avançadas, teve o predomínio da valorização financeira do capital sobre o produtivo para a acumulação de capital. No entanto, o objetivo da recuperação dos lucros empresariais não levaram à retomada do crescimento econômico. Ocorreu a diminuição do dinamismo das economias, que envolvidas pelo movimento de globalização econômica, levando em conta, principalmente, a concorrência entre as forças de mercado, levando ao crescimento da demanda agregada, logo, ao aumento das taxas de juros, comprometendo uma expansão econômica. Paralelo a esta situação de baixa taxa de crescimento econômico, ocorre um processo de reestruturação nas forças produtivas capitalistas, com inovações tecnológicas que exigem transformações na força de trabalho em relação ao seu uso e remuneração. Com isto, amplia-se a desigualdade social, através de um mercado de trabalho instável, precário e de alto desemprego e que cada vez acumula maior quantidade de força de trabalho.

Nas duas últimas décadas, conforme tabela 3 – Informalidade, as classes trabalhadoras sofreram aumento de exclusão social, através do aumento de contratos informais de trabalho, desigualdade de rendimentos entre outros, características que se tornaram comuns nas economias capitalistas.

É importante ressaltar que essa exclusão social passa a fazer parte das economias capitalistas, mesmo existindo diferenças entre as nações mais avançadas.

A globalização também teve grande impacto no mercado de trabalho e no trabalho. O mundo do trabalho tem sofrido várias transformações, como flexibilidade, desemprego, desigualdade social entre outras.

Segundo Mattoso (1995), a elevação das taxas de desemprego como componentes de um conjunto de inseguranças do mundo do trabalho parece ter vindo para ficar.

Em uma comparação entre a Europa e os EUA, estudos da OCDE mostram que em médio prazo, mesmo que ocorresse um rápido crescimento sustentado, não seria suficiente para reduzir o desemprego europeu (OCDE, 1994 a e 1994 b). E os EUA, mesmo com uma taxa de desemprego menor, o emprego gerado tem baixa

produtividade e baixa qualificação. Esses empregos ocorrem com reduções de salários e com crescimento de empregos parciais e de tempo determinado.

Grosso modo os trabalhos da OCDE tendem a reduzir as políticas e margens de ação disponíveis à melhora do funcionamento do mercado de trabalho, e mais particularmente, de sua flexibilização, considerando que a única possibilidade de escolha é entre empregos e salários ou entre flexibilidade e rigidez. (Freyssinet, 1995, p.26)

No Brasil, segundo Bielschowsky (1993), apenas a partir do governo Collor que iniciou-se uma reestruturação defensiva das empresas, em meio à forte recessão instalada nos primeiros anos da década de 90. Esse processo de reestruturação teve continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso, que adotou uma política de abertura indiscriminada, valorização cambial e dependência de capitais de curto prazo.

Estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) demonstram que o problema dos países latino-americanos não se encontra no custo do trabalho, senão nos baixos níveis de produtividade (OIT, 1994), sendo que o Brasil e o Mercosul mantêm as mesmas características do mercado de trabalho: alta rotatividade de mão-de-obra, postos de trabalho poucos produtivos, baixos salários e trabalhadores pouco qualificados.

Com o desenvolvimento capitalista, no final do século XX, ocorre o processo de destruição dos postos de trabalho e a precarização, vinculada a extinção dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, gerado pela ordem da globalização excludente, que é responsável pela crescente desigualdade e pelo monopólio privado da ciência e tecnologia.

No período compreendido entre os anos 30 e 70 foi evidente a estruturação do mercado de trabalho brasileiro, com a expansão dos empregos regulares registrados e das ocupações nos setores organizados da economia. Tudo isso foi possível graças ao projeto de industrialização nacional e à institucionalização das relações de trabalho através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Contudo, permaneciam alguns problemas comuns ao subdesenvolvimento, como informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos. Tais fatores impediram a homogeneização do mercado de trabalho nos mesmos níveis

atingidos pelos países desenvolvidos e ganharam ainda mais proporção após o colapso do padrão de financiamento da economia brasileira no início dos anos 80.

A crise da dívida externa levou à adoção de um conjunto de programas de ajustes macroeconômicos que inviabilizaram a retomada do crescimento econômico sustentado. No cenário de estagnação, de fortes e rápidas oscilações econômicas e num contexto hiperinflacionário, o país terminou rompendo com a tendência de estruturação inaugurada ainda nos anos 30. (Pochmann, 1999, p.71)

Mesmo com a População Economicamente Ativa deixando de expandir seu nível de assalariamento, não houve uma mudança significativa dos empregos assalariados. O que aconteceu foi uma sensível alteração no número dos registrados e dos sem registro em carteira. Um exemplo marcante pode ser tirado do período entre 1980 e 1991, no qual de cada cem novos empregos assalariados, apenas um tinha registro. Na mesma época, verificou-se o crescimento das ocupações nos segmentos não organizados da economia urbana.

Os sinais de desestruturação, com a expansão do desemprego, se tornaram mais evidentes na década de 90. Em virtude principalmente da eliminação gradativa dos empregos com registro, passou-se a observar um movimento de desassalariamento. Além disso, surgiu um fenômeno novo no trabalho e no mercado de trabalho brasileiro: o crescimento da subutilização da força de trabalho, que teve no aumento do desemprego a principal razão de sua existência.

Seguindo a tendência das economias capitalistas, o Brasil viu nas duas últimas décadas do século XX a deterioração da situação geral do emprego no país, com o aumento do número de desempregados, das ocupações precárias e da diferença entre produtividade e salário médio real.

No que diz respeito à geração de empregos, cabe salientar o ótimo potencial de crescimento do país. Apesar do vasto parque industrial, ainda é necessário o desenvolvimento de uma maior infra-estrutura material, causando uma significativa demanda de mão-de-obra excedente. No mesmo caso se encaixa a necessidade de ampliar o atendimento público, principalmente nas áreas de saúde e educação, o que também requisitaria um grande contingente de mão-de-obra para ser realizado.

Porém, muitas dificuldades decorrem do fato da economia nacional estar baseada em um sistema de relações de trabalho com características autoritárias, que impedem o estabelecimento de condições favoráveis à geração de compromissos entre os atores sociais. Ao contrário do sistema democrático implantado nos países desenvolvidos, que dificulta o aparecimento de ocupações com baixa qualidade. Além disso, são facilmente perceptíveis as distinções em relação ao funcionamento do sistema brasileiro, como a heterogeneidade no uso e remuneração da força de trabalho.

Os aspectos citados e outros também presentes no contexto, como a falta de taxas elevadas de assalariamento, afastam bastante a realidade nacional da dos países desenvolvidos, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 1 - Estratégias de emprego em países avançados e no Brasil

Itens	Economias avançadas	Brasil
Padrão de desenvolvimento	Economias maduras, com medidas voltadas para a sustentação do crescimento econômico.	Economia em construção, com medidas voltadas para a sustentação do crescimento econômico.
Pesquisas e desenvolvimento tecnológico	Concentradas nas grandes empresas transnacionais, porém com gastos de recursos pelas empresas estatais e algumas empresas privadas nacionais e montagem de um núcleo de mão-de-obra qualificada.	Cada vez mais dependentes e subordinadas à tecnologia estrangeira (corporações transnacionais), com escassos gastos pelo poder público e empresas privadas nacionais e desmobilização do núcleo de mão-de-obra qualificada.
Políticas de bem-estar social	Estado de bem-estar social completo, com elevado grau de inclusão social.	Estado de bem-estar social incompleto, com elevado grau de exclusão social.
Sistema de relações de trabalho	Democrático, com organização por local de trabalho e sustentado pelo contrato coletivo de trabalho.	Autoritário, sem organização por local de trabalho e sustentado pelo contrato individual de trabalho.
Políticas de emprego	Mercado de trabalho homogêneo, altas taxas de assalariamento e pleno uso de variadas políticas de emprego.	Mercado de trabalho heterogêneo, média taxa de assalariamento e escasso uso de políticas de emprego.

Fonte: Pochmann, Márcio. O Trabalho Sob Fogo Cruzado.

4 PRECARIEDADE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO (1992-2002)

O fim do século XX frustrou sensivelmente quem apostava na evolução do emprego nas economias de mercado. Além da permanência das altas taxas de mão-de-obra ociosa, verificou-se ainda uma deterioração das condições e das relações de trabalho. Segundo dados da OCDE, 1996, estima-se que cerca de 35% da População Economicamente Ativa de todo o planeta, estimada em 2,5 bilhões de pessoas, esteja na situação de desemprego ou subemprego.

Pochmann lembra que nas três décadas que seguiram a Segunda Guerra Mundial os países capitalistas avançados viveram um período bastante próspero economicamente, o que possibilitou uma preocupação maior com o trabalho.

Naquele período, o perfil do desempregado era representado quase exclusivamente por homens adultos, com média qualificação profissional. A partir dos anos 70, com o fim dos anos de ouro do capitalismo, além do aumento considerável nas taxas de desemprego, mudou também tal descrição. Jovens, mulheres e idosos passaram a procurar um lugar no mercado de trabalho, aumentando a concorrência e a dificuldade de encontrar vagas para boa parte da massa trabalhadora. Ao mesmo tempo, os mecanismos de proteção social e garantia de renda praticados pelo Estado passaram a ser insuficientes para atender o novo contingente de desempregados.

O fim do próspero período pós-guerra do capitalismo e a realidade crescente do desemprego estrutural e precarização do trabalho assalariado constituem um quadro socioeconômico, cultural e existencial de milhões de trabalhadores.

Para Pochmann, nos países da periferia do capitalismo mundial, o desemprego é um problema constante há mais tempo. Nem mesmo a expansão do nível de atividade e a implantação de parques industriais em alguns deles, como no Brasil por exemplo, deu mostras de que pelo menos parte do contingente de mão-de-obra excedente pudesse ser aproveitado.

Em sua visão a crise do emprego não é irreversível nem inevitável. As implicações diretas do problema vêm dos fatores externos ao mercado de trabalho,

principalmente da adoção generalizada de políticas neoliberais e do hoje dominante processo de globalização financeira. Some-se a isso as inovações tecnológicas, que aparecem num cenário de baixas taxas de crescimento e profundas incertezas que dominam a economia mundial. “Se estas são as causas determinantes do problema recente do emprego no capitalismo contemporâneo, há possibilidades efetivas de o desemprego não ser irreversível. Uma nova forma de convivência entre os cidadãos sem emprego e a sociedade estaria por ser novamente estabelecida”. (Pochmann, 1999, p.47).

O emprego é uma das principais condições de acesso à renda e aos serviços sociais. É através do emprego que o cidadão adquire condições materiais pelo seu rendimento, e condições institucionais, que são seus deveres e direitos, dos quais ele é privado quando excluído do mercado de trabalho, assim como é privado também de sua auto-estima. Neste ponto percebe-se falhas das instituições sociais (sindicato, partidos, Estado) na hora de dar suporte aos excluídos e aos precariamente incluídos, deixando-os em uma situação social mais vulnerável.

No Brasil, tem sido destacada a discussão do tema do emprego, e por consequência, do desemprego.

Para Pochamnn, o emprego é uma questão do mercado de trabalho. Mudanças ocorridas no mercado de trabalho, como alteração na oferta e demanda de trabalho, taxas de atividade, de participação e de desemprego nacional, são devidas as transformações estruturais da economia brasileira em relação ao emprego. E, é através da análise do comportamento da oferta e da demanda de trabalho que serão destacadas as principais tendências no padrão de uso da força de trabalho no país.

A oferta de trabalho sofre influência tanto do crescimento quantitativo da População Economicamente Ativa (PEA) quanto da qualidade da mão-de-obra. Com a redução nas taxas de crescimento da PEA, ocorre uma redução no ingresso de pessoas no mercado de trabalho.

Para ele o Brasil possui um dos piores indicadores de instrução da América-Latina. Nos anos 90, houve redução da participação relativa do emprego de

trabalhadores analfabetos e com primário incompleto; o inverso ocorreu com os empregados com curso colegial completo e superior.

A escolaridade assume gigantesca importância para elevar a qualidade da mão-de-obra no país, pois adotou-se a relação de que baixa escolaridade significa baixa qualidade.

Então, existe um mercado de trabalho onde a grande maioria não possui a escolaridade desejada, ou seja, trabalhadores que estão destinados a ficar desempregados, ou ainda, a aceitar trabalhos em condições precárias, fortalecendo a atual situação.

Além da instabilidade no emprego ser maior para aqueles que têm baixo nível escolar e para os homens, esta pouca permanência no mesmo emprego faz com que os ganhos de qualidade absorvidos pelo trabalhador sejam perdidos em menos tempo.

Em uma economia capitalista, a oferta tende a depender da demanda de trabalho para não ser reduzida à situação de não-emprego. (Pochmann, Márcio. O Trabalho Sob Fogo Cruzado, 1999:98)

O desemprego teve alterações importantes nos últimos anos, como a elevação da taxa de desemprego, do tempo de procura do trabalho e no perfil do desempregado.

Entre 1989 e 1996, o desemprego cresceu relativamente mais: (I)para as pessoas com mais de 11 anos de escolaridade; (II)para pessoas com idade mais avançada (mais de 40 anos), para os homens; (III)para os não-chefes de família (cônjuge); (IV)para as pessoas negras; e (V)para os que buscam o primeiro emprego. Em compensação. A situação tornou-se menos grave: (I)para aqueles com menor grau de escolaridade; (II)com menos idade; (III)para as mulheres; (IV)para os filhos; (V)para os brancos; e (VI)para os que buscam um reemprego. (Pochmann, 1999, p.104).

TABELA 1 - DESEMPREGO

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência			Percentual de Desemprego Anual	
ANO	Por condição de atividade na semana de referência		Ocupadas na semana de referência	(PEA - Ocupados)/PEA
	PEA	Ñ PEA		%
1992	69.969.210	43.682.705	65.395.491	6,54
1993	70.965.378	45.122.983	66.569.757	6,19
1995	74.138.441	46.763.259	69.628.608	6,08
1996	73.120.101	50.458.508	68.040.206	6,95
1997	75.213.283	49.832.709	69.331.507	7,82
1998	76.885.732	50.804.250	69.963.113	9,00
1999	79.315.287	50.737.041	71.676.219	9,63
2001	83.243.239	54.426.700	75.458.172	9,35
2002	86.055.645	54.285.460	78.179.622	9,15

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992 - 2002.

Nota: Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No período analisado (1992 a 2002), a quantidade de pessoas economicamente ativas e não economicamente ativas aumentou, assim como a quantidade de pessoas ocupadas. No entanto, o número de ocupados em relação ao número de pessoas participantes do PEA, mostra a deficiência do mercado de trabalho na geração de ocupações.

Entre 1991 e 2002, a população economicamente ativa (PEA) das regiões metropolitanas aumentou em média 22%, enquanto que a ocupação cresceu em média 17% e a população desocupada aumentou em média 144%.

Nos primeiros anos da década (1992 a 1995), considerando a PEA, o percentual médio anual do desemprego ficou em 6,27%. Este percentual saltou para 7,92% nos anos seguintes (1996 a 1998), atingindo o valor de 9,38% nos últimos anos (1999 a 2002).

O aumento nos números de ocupações ocorreu em paralelo não apenas com o aumento dos participantes da PEA, mas também com o aumento de dos indivíduos não participantes da PEA.

Através dos dados da tabela 1, constata-se que no decorrer do período de 1992 a 2002, o percentual de desemprego sofreu elevação, acentuando o grau de precariedade no mercado de trabalho.

5 PRECARIIDADE DO TRABALHO NO BRASIL (1992-2002)

5.1 Rendimento Médio Real

As contratações crescem mais nos segmentos que praticam menores salários, o que, juntamente com o nível elevado de desemprego, colabora para puxar a média do rendimento para baixo.

Segundo a Fundação Seade/Dieese, na região metropolitana de São Paulo, em 1998 o salário médio correspondia a R\$ 1.338 reais em comparação ao salário médio de 2002 que ficou em R\$ 991 reais. Isto representa uma queda de 35% do ano de 1998 em relação a 2002.

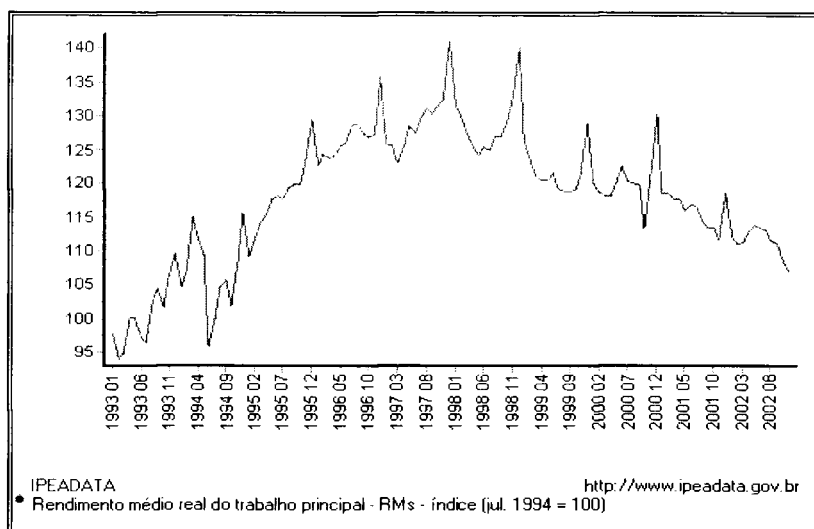
Para Pochmann, quando o emprego é relacionado com o salário médio real, consegue-se verificar que no Brasil há uma extrema flexibilidade do padrão de uso e remuneração da força de trabalho. Dentro deste cenário “[...] observa-se no país que durante as décadas de 1980 e 1990 são escassos os sinais de rigidez à queda do salário real, de redução na elevada taxa de rotatividade e de menor diferenciação no rendimento assalariado”.(Pochmann, 1999, p.150).

No Brasil existe uma grande rotatividade de mão-de-obra, o que também leva a uma redução do salário médio real. Esta alta rotatividade é devido a existência de um padrão flexível de uso e remuneração da força de trabalho, que está, segundo Pochmann, associado às facilidades legais e informais quanto à contratação, à demissão e à existência de uma oferta abundante de mão-de-obra. Este contexto faz com que o Brasil tenha uma elevada instabilidade nos contratos de trabalho.

Com esta instabilidade, existe um risco constante de rompimento do contrato de trabalho, que pode estar associado ao baixo nível educacional, ao tipo de emprego e a ausência de formação e treinamento no interior das empresas.

Segundo Pochmann, quando nas relações de trabalho flexíveis existe um excedente muito elevado de mão-de-obra e ausências de regras de contratação favorável aos trabalhadores, tem-se um aumento de precarização dos rendimentos assalariados.

GRÁFICO 1 - RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL



	Rendimento médio real do trabalho principal
ANO	R\$
1993	100,38
1994	106,67
1995	118,03
1996	126,72
1997	129,28
1998	128,69
1999	121,62
2000	120,18
2001	116,13
2002	111,46

No gráfico 1 pode ser visualizado que o rendimento médio não teve nenhum aumento significativo no período em questão, mantendo-se sempre na casa dos R\$ 100 reais. Ainda pelo gráfico constata-se que o rendimento médio real do trabalho principal teve seu pico em 1997, quando atingiu o valor de R\$ 129,28 e a partir deste ano teve uma queda significativa até o ano de 2002 (R\$ 111,46), acusando a perda contínua do poder de compra do trabalhador entre 1997 e 2002, o que comprova o aumento da precariedade no trabalho.

5.2 Horas Trabalhadas

TABELA 2 - HORAS TRABALHADAS

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					% Hs Trabalhadas Semana Inferior a 14 hs	% Hs Trabalhadas Semana Superior a 45 hs
ANO	Ocupadas na semana de referência	Por grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal			(Hs semana < 14hs)/ Ocupados	(Hs semana > 45hs)/ Ocupados
		Até 14hs	45 a 48hs	49 a mais hs	%	%
1992	65.395.491	3.931.294	11.197.834	14.517.456	6,01	39,32
1993	66.569.757	4.280.514	11.872.344	13.963.116	6,43	38,81
1995	69.628.608	4.415.958	12.047.587	14.335.561	6,34	37,89
1996	68.040.206	4.066.924	11.867.942	15.264.712	5,98	39,88
1997	69.331.507	4.344.464	11.915.897	14.889.431	6,27	38,66
1998	69.963.113	4.371.401	11.826.120	15.434.739	6,25	38,96
1999	71.676.219	4.706.838	12.111.586	14.558.387	6,57	37,21
2001	75.458.172	4.791.111	13.016.946	16.006.574	6,35	38,46
2002	78.179.622	5.289.902	13.171.688	16.056.250	6,77	37,39

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992 - 2002.

Nota: Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Com a grande flexibilidade existente no mercado de trabalho, os contratos de trabalhos informais e a constante queda do rendimento médio, existe no Brasil, um grande número de trabalhadores que têm sua jornada de trabalho “esticada”, ou seja, que trabalham mais que uma jornada normal.

Pela tabela verifica-se que o percentual de horas trabalhadas superior a 45 horas na semana mantém-se, de certa forma, constante ao longo da década.

No período de 1992 a 2002 este percentual tem uma média de 38,5% ao ano. Um percentual elevado de horas trabalhadas além de uma jornada normal de trabalho. Verifica-se, também, que o percentual de horas trabalhadas inferior a 14 horas na semana não sofre alterações significativas, têm uma média de 6,33% do período de 1992 a 2002. Supõem-se que os indivíduos que trabalham menos que 14 horas na semana estejam no mercado informal de trabalho. São trabalhadores não registrados em carteira e não contribuintes à previdência social.

Com o percentual constante de elevada quantidade de horas trabalhadas e, também com o percentual de baixas horas trabalhadas, comprova-se da precariedade do trabalho.

5.3 Percentual de Informalidade

O agravamento da precariedade do mercado de trabalho ocorre na década de 90, com altas taxas de desemprego e geração de ocupações quase apenas nos segmentos não-organizados da economia nacional.

A política pública de trabalho passou a incentivar a capacitação de desempregados para atuar no setor informal da economia, o que ajudou a gerar trabalhos precários com grandes jornadas de trabalho e redução de direitos trabalhistas. Principalmente após a introdução do Plano Real, esta situação se tornou muito comum no mercado de trabalho, o que significa um aumento da precariedade no mesmo. Os trabalhadores passaram a perder progressivamente suas conquistas salariais e sociais, pois com o crescimento de relações de trabalho como contratos temporários, com restrições diversas, ou mesmo sem contrato, a idéia de emprego estável, aposentadoria, acesso de serviços básicos de saúde por exemplo, ficou cada vez mais distante. Os trabalhadores também enfrentam o problema da mudança acelerada de emprego, fazendo com que seus conhecimentos sofram uma degradação e que a acumulação destes não sejam mais valorizadas. Este contexto acentua o contraste entre a elite e as classes médias, de operários e técnicos superiores, e há uma clara tendência ao crescimento da informalidade do mercado de trabalho. Existem em nosso cenário trabalhadores sem carteira e trabalhadores por conta própria, sendo que esses tipos de trabalho são mais precários que os empregos formais, tanto pelo diferencial da renda quanto pela instabilidade do emprego e da renda.

TABELA3- INFORMALIDADE

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência								
Por Posição na Ocupação do Trabalho Principal								Ocupados Na semana de Referência
Ano	Trabalho Formal				Trabalho Informal			
	Empregados c/ carteira Assinada	Milits. e funcns. públicos Estatutários	Empregadores	Total Trabalho Formal	Outros (s/carteira assinada)	Empregados sem declaração	Trabalhadores domésticos	
1992	19.360.003	3.972.072	2.406.741	25.738.816	10.868.542	20.589	4.356.000	65.395.491
1993	19.295.163	4.108.781	2.368.486	25.772.430	11.432.711	23.480	4.608.996	66.569.757
1995	19.664.844	4.627.382	2.733.501	27.025.727	11.368.189	5.531	5.132.901	69.628.608
1996	19.650.395	4.570.820	2.484.667	26.705.882	11.846.521	8.303	5.001.263	68.040.206
1997	19.878.252	4.499.193	2.794.804	27.172.249	11.767.069	3.806	5.242.846	69.331.507
1998	19.865.031	4.555.491	2.851.180	27.271.702	12.277.969	14.715	5.028.469	69.963.113
1999	19.648.963	4.732.949	2.921.594	27.303.506	12.417.693	6.135	5.334.533	71.676.219
2001	22.179.855	4.869.990	3.183.746	30.233.591	13.876.942	5.700	5.891.227	75.458.172
2002	22.933.176	4.991.101	3.317.510	31.241.787	14.479.949	4.080	6.047.710	78.179.622

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência							
Por Posição na Ocupação do Trabalho Principal							Ocupados na semana de referência
Ano	Trabalho Informal						
	Conta Própria	Não remunerados	Trabalhadores na produção p/ próprio consumo	Trabalhadores na construção p/ próprio uso	Sem Declaração	Total Trabalho Informal	
1992	14.195.583	6.848.893	3.211.416	155.218	434	39.656.675	65.395.491
1993	14.428.099	6.971.532	3.198.486	133.661	362	40.797.327	66.569.757
1995	15.719.098	6.981.096	3.223.718	164.228	8.120	42.602.881	69.628.608
1996	15.172.913	6.197.765	2.893.060	186.968	27.531	41.334.324	68.040.206
1997	15.740.607	6.230.992	2.982.621	186.334	4.983	42.159.258	69.331.507
1998	16.066.471	6.121.614	2.978.297	197.257	6.619	42.691.411	69.963.113
1999	16.614.739	6.677.356	3.206.474	114.674	1.109	44.372.713	71.676.219
2001	16.832.995	5.584.228	2.882.819	147.249	3.421	45.224.581	75.458.172
2002	17.401.393	5.756.737	3.097.810	147.532	2.624	46.937.835	78.179.622

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992 - 2002.
 Nota: Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Percentual de Informalidade
(Trab.Informal)/Ocupados
%
60,64
61,29
61,19
60,75
60,81
61,02
61,91
59,93
60,04

A precarização das condições de emprego: como a informalização do mercado de trabalho, a terceirização, o aumento não compensado da jornada de trabalho, a troca de direitos trabalhistas pela manutenção do emprego, aumentou em elevada velocidade.

Para Pochmann com a flexibilidade do mercado de trabalho, há uma alta rotatividade das ocupações, ou seja, contratos de trabalho são rompidos facilmente e os trabalhadores têm permanência curta na mesma empresa, exigindo da oferta de trabalho a convivência com diferentes empregos e empregadores.

A informalidade continua crescendo, aumentando a precariedade do mercado e puxando os salários para baixo.

Até fins da década de 80, o número de trabalhadores com carteira assinada, tendia aumentar em termos absolutos. Na década de 90, essa trajetória se inverteu, com o que o emprego formal que em 1991 representava uma média de 53% do total dos ocupados, caiu para uma média de 44,6% em 2002. Ao contrário, o número de empregados sem carteira assinada aumentou em média 54% no mesmo período, assim como também aumentou o número de trabalhadores autônomos.

Com as inovações tecnológicas, postos de trabalho vão deixando de existir, gerando um aumento no desemprego, sendo que esses trabalhadores ficam em busca de outros postos de trabalho que possam absorvê-los no mercado de trabalho. O setor informal existe como uma alternativa para diminuir os efeitos negativos que surgiram de alterações econômicas produzidas pelos períodos de crise: aumento de desemprego, queda dos salários e deterioração das condições de trabalho.

Na tabela verifica-se que de 1992 a 2002 o percentual de informalidade se manteve praticamente constante, mas muito elevado. Durante a década teve uma média de 60,84% de informalidade no trabalho. Pode-se observar que há aumento gradativo dos indivíduos que trabalham sem carteira assinada, comprovando a informalidade.

TABELA 4 - TEMPO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO PRINCIPAL

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência				Percentual de Ocupados por Período Inferior a 1 Ano	
ANO	Ocupadas na semana de referência	Por tempo de permanência no trabalho principal		(Tempo < 1 ano)/Ocupados	
		Até 5 meses	6 a 11 meses	%	
1992	65.395.491	8.877.976	4.855.109	21,00	
1993	66.569.757	8.425.483	5.217.828	20,49	
1995	69.628.608	8.786.727	5.517.849	20,54	
1996	68.040.206	8.398.225	5.226.554	20,02	
1997	69.331.507	8.476.252	5.220.528	19,76	
1998	69.963.113	7.940.016	4.996.477	18,49	
1999	71.676.219	8.202.002	4.824.293	18,17	
2001	75.458.172	9.499.295	5.840.627	20,33	
2002	78.179.622	10.038.707	5.596.504	20,00	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992 - 2002.

Nota: Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na tabela acima verifica-se que o mercado de trabalho não oferece segurança ao trabalhador. Do ano de 1992 a 1996, o percentual de ocupados no trabalho principal por período inferior a um ano manteve uma média de 20% ao ano, ou seja, 20% dos trabalhadores ocupados no período não tiveram seus empregos mantidos nem por 1 ano. A partir de 1997 até 1999 este percentual teve queda de apenas 1%, e em 2001 voltou para os 20% ao ano.

A informalidade do mercado de trabalho faz com que exista este quadro de ocupação do trabalhador, pois os empregadores têm a “liberdade” de rescindir os contratos de trabalho, quando existem contratos, assim que consideram não mais necessária a atual mão-de-obra, ou mesmo quando têm a possibilidade de substituir a mão-de-obra atual por outra de menor custo.

TABELA 5 – SITUAÇÃO DE EMPREGO DOS OCUPADOS

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, Ocupadas na semana de referência		Percentual de Ocupados que procuram Emprego	
	E que procuraram Trabalho na semana de referência	Ocupadas na semana de referência	(Ocup e Proc.Emp)/Ocupados
ANO			%
1992	3.663.834	65.395.491	5,60
1993	3.607.293	66.569.757	5,42
1995	3.872.743	69.628.608	5,56
1996	4.539.862	68.040.206	6,67
1997	4.670.457	69.331.507	6,74
1998	5.263.750	69.963.113	7,52
1999	5.626.157	71.676.219	7,85
2001	6.389.675	75.458.172	8,47
2002	6.466.778	78.179.622	8,27

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992 - 2002.

Nota: Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Com todas as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, houve uma piora nas condições de trabalho. Grande parte dos trabalhadores são obrigados a se sujeitarem a condições cada vez mais precárias, com baixos salários, perda de direitos trabalhistas, extensão da jornada de trabalho.

Pode-se observar na tabela acima que no período em questão ocorreu um aumento do percentual de indivíduos ocupados que procuram emprego. Este percentual teve um salto de 5,60% em 1992 para 8,27% em 2002.

Dessa forma, pode ser visualizada a insatisfação do trabalhador em relação a sua ocupação, seja porque estão insatisfeitos com as condições oferecidas no trabalho atual, seja porque procuram por uma segunda remuneração para complementar sua renda mensal.

TABELA 6 - OCUPADOS EM RELAÇÃO A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					% Ocupados que não contribuem p/ previdência
ANO	Ocupadas na semana De referência	Por contribuição para instituto de previdência, em qualquer trabalho			(Não contribuintes)/ Ocupados %
		Qualquer Trabalho			
		contribuinte	ñ contribuinte	s/declaração	
1992	65.395.491	28.488.976	36.891.121	15.394	56,44
1993	66.569.757	28.655.659	37.900.619	13.479	56,95
1995	69.628.608	29.988.615	39.628.602	11.391	56,93
1996	68.040.206	29.723.504	38.282.060	34.642	56,31
1997	69.331.507	30.359.968	38.965.461	6.078	56,21
1998	69.963.113	30.988.889	38.962.450	11.774	55,71
1999	71.676.219	31.171.920	40.497.945	6.354	56,51
2001	75.458.172	34.490.500	40.959.633	8.039	54,29
2002	78.179.622	35.317.700	42.858.871	3.051	54,82

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992 - 2002.

Nota: Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na tabela acima pode-se observar que há um elevado percentual de ocupados que não contribuem para a previdência social.

E se ocorre um aumento no emprego formal e também um aumento do emprego informal, o número de indivíduos que contribuem para a previdência deveria aumentar. No entanto, verifica-se o inverso, o que vem a comprovar o aumento da precariedade do trabalho.

Quantidade de horas trabalhadas, ocupação, tempo de permanência, enfim características de um mercado de trabalho informal, onde há o crescimento do trabalho temporário, por tempo determinado, sem renda fixa, marcado pelos “bicos” para que o trabalhador possa manter sua renda, deixam claro o aumento da precariedade do trabalho.

6 CONCLUSÃO

Constatou-se que a precariedade do trabalho e do mercado de trabalho é um tema constante e em crescimento no mundo do trabalho brasileiro, sendo um dos principais problemas políticos e sociais no país.

Devido à precariedade, a classe trabalhadora se sujeita à perda de seus direitos duramente conquistados para manter-se empregada ou empregar-se, tal qual seu desespero diante da alarmante situação em que se encontra o mercado de trabalho e o trabalho propriamente dito.

Verificou-se que as relações de trabalho estão se deteriorando, e os rumos do trabalho estão sendo determinados pelo desemprego.

Conforme mostrado pelos indicadores: percentual de desemprego, rendimento médio real, percentual de informalidade, horas trabalhadas, pessoas ocupadas e que também procuram emprego, percentual de ocupados que contribuem para a Previdência Social e tempo de permanência no trabalho principal, fica ilustrada a real situação do trabalho e do mercado de trabalho brasileiro, que é a de um cenário precário e deficiente, e fica compreendida a tendência de elevação dos níveis de precariedade no país.

REFERÊNCIAS

BELLERS, John. O processo de produção do capital. In: MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. L1. V.II, t.2. p.188

BIELSCHOWSKY, R. In: POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob Fogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999. p.29.

FinanceOne Economia on-line. Disponível em: <<http://www.financeone.com.br>> Acesso em: 30 set. 2004.

Folha Online – Dinheiro on-line. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u88456.shtml>> Acesso em: 27 out. 2004.

Folha Online – Dinheiro on-line. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u79951.shtml>> Acesso em: 30 set. 2004.

FREYSSINET, J. In: POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob Fogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999. p.26.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992-2002. Tabelas de Resultados 4 : Trabalho. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 14 abr. 2003.

IPEADATA. Rendimento médio real do trabalho principal. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 20 jun. 2003.

MARX, Karl. O processo de produção do capital. In: _____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. L1. V.I, t.1. Seção II. Cap. IV.

MARX, Karl. O processo de produção do capital. In: _____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. L1. V.II, t.2. Seção VII. Cap. XXIII.

MATTOSO, Jorge. In: POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob Fogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999. p.26.

No Olhar.com :: Economia on-line. Disponível em: <<http://www.noolhar.com/opovo/economian/403733.html>> Acesso em: 13 out. 2004.

POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob Fogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

SISMONDI. Compra e venda da força de trabalho. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. L1. V.I, t.1. p.143.